



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 003. PROVA OBJETIVA

DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(CJ. Politicopatas. *Folha de S.Paulo*, 10.08.2017. Adaptado)

01. De acordo com a história apresentada, entende-se que

- (A) o pai do menino se mostra claramente interessado em comercializar com o filho o bom desempenho deste em suas notas da escola.
- (B) o filho age dissimuladamente para pedir brinquedos ao pai, declarando-se contrário à comercialização de suas notas da escola.
- (C) o pai reconhece, com base no que disse a psicóloga, o erro em comercializar as boas notas do filho, por essa razão não cede à pressão do garoto.
- (D) o filho condena declaradamente a tentativa de suborno, quando o pai lhe oferece um patinete para alcançar melhor desempenho em matemática.
- (E) o pai supostamente condena a comercialização das notas com o filho, mas termina fazendo um acordo para trocar uma nota por um brinquedo.

02. Observe as frases do pai:

- O que podemos fazer para melhorar suas notas? (1º quadrinho)
- Que tal o patinete elétrico por um "7" de Matemática? (3º quadrinho)

As duas falas representam, correta e respectivamente:

- (A) uma indagação e uma sugestão.
- (B) uma repreensão e um pedido.
- (C) uma indagação e uma repreensão.
- (D) uma ironia e uma indagação.
- (E) uma advertência e uma ironia.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 10.

### Ensino laico

Levar o ensino religioso a escolas federais, estaduais e municipais, mesmo com matrícula facultativa, mostrou-se um erro do constituinte. Não se trata aqui de contestar a importância da fé para indivíduos ou para a sociedade; a questão é que as igrejas nunca precisaram do púlpito escolar para dar publicidade a suas doutrinas.

Sendo assim, resta pouco sentido em consumir tempo e recursos escassos da educação do país com algo que outras entidades já fazem com eficiência.

A introdução da disciplina no currículo criou a dificuldade de conciliá-la com o princípio da laicidade do Estado, segundo o qual este deve manter posição de neutralidade plena em relação a todos os credos – e também à descrença de parte dos cidadãos.

Ora, dado que tanto o ensino religioso quanto a laicidade são mandamentos da Constituição, o modo menos canhestro de harmonizá-los é sacrificando qualquer caráter confessional, isto é, toda associação direta do poder público com esta ou aquela fé.

Na impossibilidade de proporcionar aulas associadas a todas as preferências, afigura-se mais adequado abraçar um modelo em que se tenta abordar o fenômeno religioso no que ele tem de universal, explicando o surgimento das principais doutrinas. Às próprias igrejas caberia levar ensinamentos mais dogmáticos a seus fiéis.

Espera-se, assim, que a maior parte dos ministros que ainda não votaram o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade que contesta o ensino religioso de caráter confessional em escolas públicas acompanhe o relator, para o qual o tratamento da disciplina na rede pública precisa ser necessariamente não confessional, isto é, desvinculado de crenças específicas.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 20.09.2017. Adaptado)

03. De acordo com o texto, a oferta de ensino religioso nas escolas públicas é um erro da Constituição Brasileira, considerando-se que

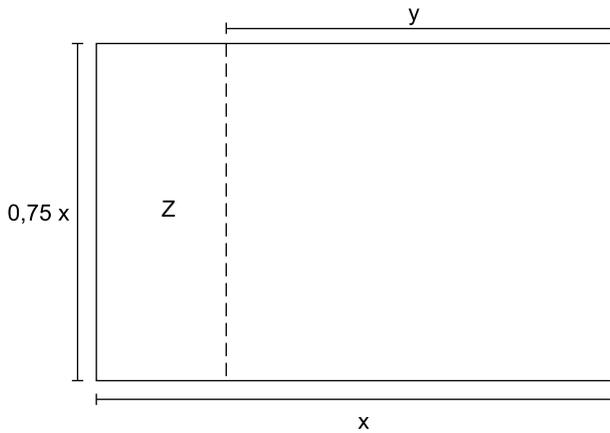
- (A) as aulas de diferentes religiões, na ótica da Carta Maior, devem necessariamente ser ministradas com caráter confessional.
- (B) as aulas de religião contrariam a ideia de ensino laico, dificultando a harmonização entre ambos os princípios na realidade escolar.
- (C) o Estado laico prevê que as aulas de religião sejam organizadas segundo crenças dominantes de uma determinada comunidade.
- (D) o poder público está impedido de orientar os sistemas de ensino em relação a qual das religiões deverá ser incorporada ao currículo.
- (E) os recursos financeiros abundantes fazem com que o Estado aplique muito em atividades cuja eficiência em sala de aula pode ser questionável.

04. Ao argumentar em relação ao ensino religioso nas escolas públicas, o editorial deixa claro que
- (A) cabe às igrejas ampliar a discussão sobre os ambientes em que darão publicidade às suas doutrinas, sendo a escola um dos espaços privilegiados para se criar uma parceria entre Estado e igrejas.
  - (B) fica sob a responsabilidade delas a garantia do caráter confessional das aulas, uma vez que as igrejas cada vez mais têm precisado do espaço escolar para divulgar suas doutrinas.
  - (C) cabe a elas fomentar a discussão quanto ao surgimento das principais doutrinas, numa proposta não confessional, ficando sob responsabilidade das igrejas os ensinamentos mais dogmáticos.
  - (D) fica sob a responsabilidade do Estado a coerção aos abusos quanto à oferta de ensino religioso de caráter confessional nas escolas, uma vez que isso fere os princípios constitucionais.
  - (E) cabe ao Estado rever o princípio constitucional, alterando-se o caráter desse ensino de facultativo para obrigatório, reconhecendo-se a importância da fé para os indivíduos e a sociedade.
05. Nas passagens “o modo menos **canhestro** de harmonizá-los é sacrificando qualquer caráter confessional” (4º parágrafo), “**afigura-se** mais adequado abraçar um modelo” (5º parágrafo) e “**desvinculado** de crenças específicas” (6º parágrafo), os termos em destaque significam, correta e respectivamente:
- (A) conturbado; fica; livre.
  - (B) habilidoso; mostra-se; afastado.
  - (C) eficiente; pretende-se; apartado.
  - (D) desajeitado; parece; desligado.
  - (E) prejudicial; surge; desconexo.
06. No enunciado do 3º parágrafo “A introdução da disciplina no currículo criou a dificuldade de conciliá-la com o princípio da laicidade do Estado, segundo **o qual este** deve manter posição de neutralidade plena em relação a todos os credos...”, os pronomes “o qual” e “este”, em destaque, referem-se, correta e respectivamente, aos termos:
- (A) currículo e Estado.
  - (B) princípio e Estado.
  - (C) princípio e currículo.
  - (D) Estado e princípio.
  - (E) currículo e princípio.
07. Considerando-se o contexto em que está empregada a conjunção destacada no último parágrafo em “Espera-se, **assim**, que a maior parte dos ministros que...”, conclui-se corretamente que expressa sentido de
- (A) concessão, podendo ser substituída por “apesar disso”.
  - (B) explicação, podendo ser substituída por “pois”.
  - (C) oposição, podendo ser substituída por “entretanto”.
  - (D) comparação, podendo ser substituída por “desse modo”.
  - (E) conclusão, podendo ser substituída por “portanto”.
08. Assinale a alternativa correta quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão.
- (A) No país, sempre houveram muitos cidadãos que não professam nenhuma fé, mas nem por isso a questão do ensino religioso deve ser ignorada pelos gestores.
  - (B) Conta com escassos recursos financeiros as escolas do país, uma das razões que levam as pessoas a questionarem como eles devem ser investido de forma consciente.
  - (C) Ao se pensar na oferta de ensino religioso nas escolas, cumpre observar o fato de que muitos credos são professados, assim como também há cidadãos que não têm nenhum.
  - (D) O fato de haver bastante religiões no Brasil mostra que parecem mais justo que as escolas optem por não veicularem os princípios desta ou daquela religião.
  - (E) Quando começa as discussões relativa à oferta do ensino religioso nas escolas públicas, questiona-se: será que as principais doutrinas deve ser abordada nas escolas?
09. Não se trata de opor-se \_\_\_\_\_ importância da fé para indivíduos ou para a sociedade; mas o fato é que as igrejas nunca precisaram do púlpito escolar para dar publicidade \_\_\_\_\_.
- De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:
- (A) à ... às doutrinas que preconizam
  - (B) a ... às suas próprias doutrinas
  - (C) à ... à algumas doutrinas delas
  - (D) a ... à doutrinas próprias
  - (E) à ... à umas doutrinas suas
10. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, segundo a norma-padrão.
- (A) Aqui, não contesta-se a importância da fé para o indivíduo ou para a sociedade. Se observa, apenas, que levar o ensino religioso às escolas públicas mostrou-se um erro do constituinte, que talvez se corrigirá no STF.
  - (B) Aqui, não se contesta a importância da fé para o indivíduo ou para a sociedade. Se observa, apenas, que levar o ensino religioso às escolas públicas se mostrou um erro do constituinte, que talvez corrigir-se-á no STF.
  - (C) Aqui, não contesta-se a importância da fé para o indivíduo ou para a sociedade. Observa-se, apenas, que levar o ensino religioso às escolas públicas se mostrou um erro do constituinte, que talvez corrigir-se-á no STF.
  - (D) Aqui, não se contesta a importância da fé para o indivíduo ou para a sociedade. Observa-se, apenas, que levar o ensino religioso às escolas públicas mostrou-se um erro do constituinte, que talvez se corrigirá no STF.
  - (E) Aqui, não contesta-se a importância da fé para o indivíduo ou para a sociedade. Observa-se, apenas, que levar o ensino religioso às escolas públicas mostrou-se um erro do constituinte, que talvez corrigirá-se no STF.

11. As questões de uma prova estavam distribuídas em três partes, A, B e C, sendo a nota total da prova dada pela soma dos pontos obtidos em cada parte. Da nota total obtida por Laura nessa prova, sabe-se que  $\frac{2}{5}$  dos pontos foram obtidos na parte A, e 60% dos pontos restantes, na parte B. Se na parte C ela obteve 1,8 ponto, então a nota total de Laura nessa prova foi
- (A) 5.  
(B) 5,7.  
(C) 6,5.  
(D) 7.  
(E) 7,5.
12. Para participar de uma atividade pedagógica extraclasse, os alunos de certa escola serão divididos em grupos que possam ser eficazmente monitorados. Todos os grupos devem ter o mesmo número de alunos, sendo esse número o maior possível, de modo que cada grupo tenha somente alunos de um único período, e que nenhum aluno participante reste fora de um grupo. Sabe-se que, do período matutino, participarão 96 alunos; do período vespertino, 72; e, do período noturno, 60. Nessas condições, o número de grupos formados será igual a
- (A) 20.  
(B) 19.  
(C) 18.  
(D) 16.  
(E) 15.
13. Em certo curso, a nota final de cada aluno é dada pela média aritmética das notas obtidas em três provas, A, B e C. Sabe-se que os termos da sequência (6 ; x ; 7,5), que representam as notas obtidas por Aline nas provas A, B e C, são diretamente proporcionais aos termos da sequência (8 ; 6 ; y), que correspondem às notas obtidas por Beatriz nas respectivas provas. Nessas condições, é correto afirmar que a diferença entre a média final de Beatriz e a de Aline é igual a
- (A) 1.  
(B) 1,5.  
(C) 1,75.  
(D) 2.  
(E) 2,25.

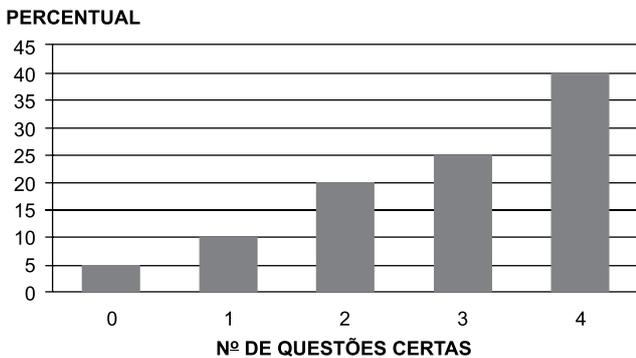
14. Em uma gráfica, determinada máquina pode ser programada para operar no nível A, em que imprime 60 páginas por minuto, ou no nível B, em que imprime 50 páginas por minuto. Sabe-se que se for programada para o nível A, e funcionar ininterruptamente durante 6 horas por dia, irá imprimir todas as páginas de certo trabalho em 10 dias. Desse modo, se for programada para operar no nível B e funcionar ininterruptamente durante 4 horas por dia, irá imprimir todas as páginas desse mesmo trabalho em um número de dias igual a
- (A) 18.  
(B) 16.  
(C) 15.  
(D) 14.  
(E) 12.
15. Em uma escola, há dois reservatórios de água iguais, A e B, ambos com a forma de um paralelepípedo reto retângulo, com 2,5 m de comprimento e 2 m de largura. Considere que ambos estavam completamente cheios e que após certo período de consumo, sem haver reposição, as quantidades de água restantes em A e em B eram iguais, respectivamente, a  $\frac{1}{5}$  e  $\frac{1}{6}$  do volume total do reservatório. Se no reservatório A restou 0,4 m<sup>3</sup> de água a mais do que no B, então a medida da altura desses reservatórios é, em metros, igual a
- (A) 2,4.  
(B) 2,2.  
(C) 1,8.  
(D) 1,6.  
(E) 1,5.
16. A promoção de ações integrando escola e comunidade vem propiciando a redução do número total de faltas dos alunos de certa escola a cada ano letivo. O número total de faltas ocorridas no ano letivo de 2016 apresentou redução de 20% em relação ao número total de faltas ocorridas em 2015, que, por sua vez, já havia registrado uma redução de 30% em relação a 2014. Desse modo, é correto afirmar que o número total de faltas ocorridas no ano de 2016 nessa escola apresenta, em relação ao de 2014, um redução de
- (A) 60%  
(B) 56%  
(C) 50%  
(D) 44%  
(E) 40%

17. Uma grande sala retangular, cujas medidas dos lados, em metros, são iguais a  $x$  e  $0,75x$ , tem área de  $108\text{ m}^2$ . Parte dessa sala (região Z) foi isolada para a montagem de bancadas para experimentos laboratoriais, restando uma área quadrada de lado igual a  $y$  metros, conforme mostra a figura.



A área da região Z é, em  $\text{m}^2$ , igual a

- (A) 18.  
 (B) 24.  
 (C) 27.  
 (D) 30.  
 (E) 36.
18. Uma prova de Matemática tinha apenas 4 questões objetivas. O gráfico mostra a distribuição percentual do número de questões respondidas corretamente por aluno.



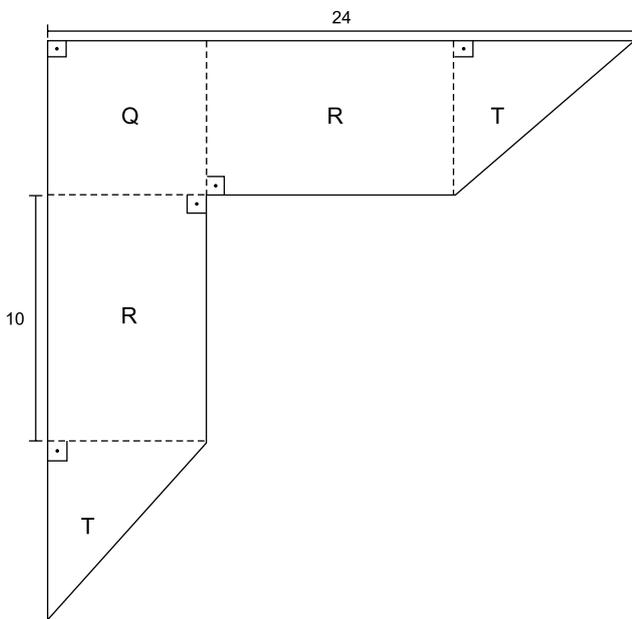
De acordo com os dados do gráfico, é correto afirmar que a média aritmética do número de questões que cada aluno respondeu corretamente foi igual a

- (A) 3,1.  
 (B) 2,85.  
 (C) 2,75.  
 (D) 2,5.  
 (E) 1,95.

19. Uma professora corrigiu um total de 70 provas de duas classes do 9º ano. Sendo  $x$  o número de provas cujas notas foram iguais ou acima da média, e  $y$  o número de provas cujas notas foram abaixo da média, e sabendo-se que a terça parte de  $x$  somada à quarta parte de  $y$  é igual a 21, é correto afirmar que a razão  $\frac{y}{x}$  é igual a

- (A)  $\frac{3}{5}$
- (B)  $\frac{5}{8}$
- (C)  $\frac{2}{3}$
- (D)  $\frac{3}{4}$
- (E)  $\frac{4}{5}$

20. Um pátio escolar é dividido em uma região quadrada (Q), com área de  $36 \text{ m}^2$ , duas regiões retangulares congruentes (R) e duas regiões triangulares congruentes (T), conforme mostra a figura, cujas dimensões estão indicadas em metros.



O perímetro desse pátio é, em metros, igual a

- (A) 68.
- (B) 74.
- (C) 78.
- (D) 86.
- (E) 88.

21. O Código de Ética e Disciplina do Servidor Público Municipal da Administração Direta e Indireta do Município de Marília proíbe várias condutas. Assim, o servidor público fica proibido de

- (A) exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, com o fim de evitar dano moral ao usuário.
- (B) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- (C) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, devendo a representação ser encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.
- (D) abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (E) pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua função ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.

22. Considere a seguinte situação hipotética.

Professor da Rede Municipal de Ensino de Marília utiliza um equipamento projetor (*datashow*) durante uma aula, como recurso didático. Durante o intervalo, o equipamento permanece na sala, cuja porta não é trancada. O professor segue para a sala dos professores e deixa o equipamento sem supervisão. Ao retornar do intervalo, o professor verifica que o equipamento foi furtado. Diante de tais fatos, o Código de Ética prevê que o professor

- (A) responde pelo prejuízo, pois há uma previsão de responsabilidade objetiva, independentemente da comprovação da culpa do professor.
- (B) não responde pelo prejuízo, o que ocorre somente nos casos de danos e avarias que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda.
- (C) responde pelo prejuízo, já que o equipamento (*datashow*) encontrava-se sob sua guarda e fiscalização.
- (D) não responde pelo prejuízo, pois o furto ocorreu dentro do estabelecimento escolar, sendo a responsabilidade do dirigente da unidade, ou seja, do diretor.
- (E) responde pelo prejuízo, mas, em caso de falecimento dele, a obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores.

- 23.** Suponha que a Comissão de Ética da Secretaria Municipal de Educação receba uma grave denúncia de infração ética e, ao apurar os fatos, verifique que há indícios de uma conduta muito grave de servidor público, que haveria causado desfalque aos cofres públicos. De acordo com a Lei Municipal Complementar nº 680/13, a Comissão de Ética deve
- (A) encaminhar a sua decisão e o respectivo expediente à Corregedoria Geral do Município.
  - (B) proceder, de plano, à instauração de sindicância, a fim de que o agente público seja devidamente responsabilizado.
  - (C) encaminhar a sua decisão e o respectivo expediente ao Secretário Municipal de Educação.
  - (D) proceder, de plano, à instauração de processo administrativo disciplinar, a fim de que o agente público seja devidamente responsabilizado.
  - (E) encaminhar a sua decisão e o respectivo expediente ao Prefeito Municipal.
- 24.** Segundo a Lei Municipal Complementar nº 680/13, o instrumento destinado a apurar a responsabilidade do servidor por ação ou omissão no exercício de suas atribuições, ou de atos que tenham relação com as atribuições inerentes ao seu cargo ou função e que caracterizem infração disciplinar, tendo como resultado a aplicação da penalidade correspondente ou o arquivamento sem penalidade, assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, é denominado
- (A) sindicância.
  - (B) inquérito administrativo.
  - (C) apuração preliminar.
  - (D) processo administrativo disciplinar.
  - (E) procedimento preparatório.
- 25.** Imagine-se, hipoteticamente, que um servidor público do Município de Marília está respondendo a um processo administrativo disciplinar pela suposta prática de fraude em um processo licitatório. A Comissão Processante Disciplinar Permanente, responsável pelo processo disciplinar, verifica que o servidor em questão está interferindo nos trabalhos, impedindo outros servidores, seus subordinados, de testemunhar, deixando de encaminhar solicitações de documentos, chegando a efetuar ameaças veladas a outras pessoas que trabalharam na licitação investigada. Nesse caso, a Comissão Processante Disciplinar Permanente deve
- (A) determinar o afastamento do acusado de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, para que se ultimem as medidas processuais necessárias.
  - (B) solicitar à autoridade instauradora o afastamento do acusado, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo necessário ao encerramento da instrução.
  - (C) impedir que o servidor acusado tenha acesso aos autos do processo administrativo e vedar sua participação durante as oitivas de testemunhas.
  - (D) documentar os fatos que caracterizam obstrução ao processo e encaminhá-los ao Ministério Público Estadual, que poderá propor ação criminal contra o servidor.
  - (E) impedir que o servidor acusado participe dos atos processuais pessoalmente, que passarão a ser passíveis de acompanhamento somente por seu procurador constituído.

26. Observe a janela do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração original, apresentada parcialmente na figura a seguir.



A sugestão de filtro de pesquisa disponível no canto superior direito será aplicada em

- (A) Bibliotecas.  
 (B) Documentos.  
 (C) Imagens.  
 (D) Músicas.  
 (E) Vídeos.
27. Assinale a alternativa que indica uma das características do estilo Ênfase do MS-Word 2010, na sua configuração padrão.

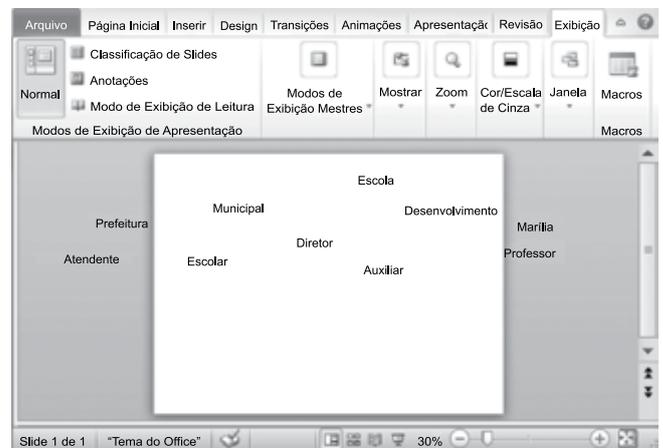
- (A) Cor de fonte vermelha.  
 (B) Cor de fonte azul.  
 (C) Texto em negrito.  
 (D) Texto em itálico.  
 (E) Texto sublinhado.

28. Assumindo que a coluna A da planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original, possui a mesma formatação das células A2 a A6, conforme visualizado na figura a seguir, assinale a alternativa que contém o símbolo que aparecerá automaticamente após ser digitado o número 17000 na célula A7.

	A
1	
2	↗
3	↖
4	↘
5	↙
6	↔
7	

- (A) ↓  
 (B) ↘  
 (C) →  
 (D) ↗  
 (E) ↑

29. Considere o slide do MS-PowerPoint 2010, na sua configuração padrão, exibido parcialmente na figura.



Assinale a alternativa que indica quais as palavras que serão exibidas em modo de apresentação de slide.

- (A) Prefeitura e Municipal.  
 (B) Escolar e Diretor.  
 (C) Atendente e Marília.  
 (D) Escola e Professor.  
 (E) Professor e Auxiliar.
30. O Internet Explorer define como padrão a seguinte configuração de privacidade relacionada a cookies:
- (A) bloquear todos os cookies.  
 (B) médio-alto.  
 (C) médio.  
 (D) baixo.  
 (E) aceitar todos os cookies.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Observa-se que é frequente os Diretores de Escola relatarem que em suas escolas há falta de motivação de seus professores, que estes faltam muito, que há conflitos de relacionamento, muitos dos quais latentes, há falta de comprometimento com a aprendizagem dos alunos. Ao se prestar atenção no conjunto de práticas escolares, nesses estabelecimentos de ensino, observa-se uma série de situações que explicam tais ocorrências e que não são geradas pelos professores. Para Lück (2010), dentre elas, encontra(m)-se:
- (A) as regras claras para todos os profissionais que atuam na escola com definições precisas de suas atribuições.
  - (B) as reuniões frequentes do corpo docente para a discussão da proposta da escola e solução dos problemas.
  - (C) as formas de encadeamento e elos entre os membros do grupo mediante comunicação e relacionamento interpessoal.
  - (D) a tomada de decisão centralizada, comunicação fechada, ambígua e sem clareza, falta de *feedback* ao trabalho realizado.
  - (E) as ideias compartilhadas em torno do projeto político-pedagógico de modo que todos tenham clareza dos princípios que norteiam as práticas na escola.
32. Lück (2010) afirma que o comportamento no interior das escolas tem sido determinado muito mais pelo sistema sociocultural interno, do que por interferências externas. Assim é que a autora se refere ao clima e à cultura organizacional e, nesse sentido, em relação à cultura organizacional da escola, ela diz que
- (A) existe para expressar a satisfação ou insatisfação dos atores com os eventos, circunstâncias e condições vigentes.
  - (B) é o conjunto de expressão implícita de regras e princípios que caracterizam a escola e se expressam em seu modo de ser e de fazer.
  - (C) se manifesta pelas percepções, atribuições de significados expressos em discursos e indicadores de satisfação.
  - (D) resulta especialmente de fatores internos da organização escolar, sobretudo do estilo de gestão, liderança e de decisões tomadas.
  - (E) define o grau de satisfação material e emocional do conjunto dos membros da escola.
33. Lück (2010) afirma que a capacidade de liderança não é inata e que ela corresponde a um processo social, que se desenvolve tanto a partir da dinâmica da conjuntura como do esforço de pessoas em contribuir para o desenvolvimento dessa conjuntura. Assim, para a autora, a liderança pode ser desenvolvida no contexto das experiências sociais e, para tanto, considera que
- (A) o conhecimento corresponde a um processo cognitivo de *insight* e compreensão do significado de dados e informações e sua relação entre si.
  - (B) a habilidade constitui a tendência das pessoas de pensar, sentir e agir de determinada forma em relação a objetos e circunstâncias sociais.
  - (C) a atitude constitui o poder de desempenhar uma tarefa ou função, de cumprir objetivos propostos.
  - (D) todo processo social é caracterizado de maneira uniforme sem tensões, ambiguidades e conflitos.
  - (E) a cultura escolar consiste no modo de ser e de fazer da escola, construído a partir de normas claras e precisas.
34. Para Lück (2010), é coerente o reconhecimento de que, mesmo na vigência da administração científica, preconiza-se a prática da participação. O sentido efetivo da participação se expressa pela peculiaridade da prática exercida e seus resultados. Segundo a autora, quando participar implica compartilhar poder, também compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido da melhoria contínua e transformações necessárias, está se referindo à participação como
- (A) engajamento.
  - (B) presença.
  - (C) tomada de decisão.
  - (D) representação.
  - (E) expressão verbal e discussão de ideias.
35. Ao tratar do poder nas organizações, Vergara (2009) o define como a capacidade de exercer influência sobre indivíduos e grupos. Afirma também que no mundo atual, poder significa abrir-se para o diálogo, um processo no qual se criam condições e habilitam-se as pessoas de todos os níveis da empresa e da escola para assumirem responsabilidades. Nesse caso, em relação ao poder, a autora está considerando
- (A) sua pulverização.
  - (B) sua centralização.
  - (C) sua delegação.
  - (D) sua dialética.
  - (E) seu compartilhamento.

36. Para Imbernón (2010), mudanças de contexto, de organização, de gestão e de relações de poder entre os educadores são necessárias, já que a formação por si mesma resulta pouco, se não está unida a tais mudanças. Segundo o autor, o desenvolvimento profissional não recai na formação, mas em diversos componentes que ocorrem conjuntamente na prática laboral do ensino. Nesse sentido, a formação continuada deve fomentar o desenvolvimento
- (A) de cursos, seminários ou jornadas, em grande escala, tratando de temas atuais, envolvendo todo o corpo docente.
  - (B) pessoal, profissional e institucional dos professores, potencializando um trabalho colaborativo para transformar a prática.
  - (C) individual do professor mais do que os modelos de formação de aspecto coletivo, tendo em vista que a melhoria da prática educacional deve ser pessoal.
  - (D) que implique aprender, inovar e mudar mais como forma de melhorar a capacidade profissional do professor.
  - (E) de lideranças no interior da escola que possam contribuir com a gestão na solução de problemas do cotidiano.
37. Para Celso Vasconcellos (2002), o Projeto Político-Pedagógico, além de permitir a interação de pensamentos entre seus agentes construtores, favorece a interlocução com a comunidade, com os órgãos responsáveis pelo sistema educacional e com a sociedade. Assim, ele deve ser o plano global da instituição e deve se constituir em parâmetros para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, afirma o autor, que a função do Projeto Político-Pedagógico é
- (A) estabelecer a organização, o funcionamento da escola e regulamentar as relações entre seus participantes.
  - (B) orientar o professor para que ele desenvolva o conteúdo de sua disciplina sempre da mesma forma para facilitar a aprendizagem dos alunos.
  - (C) conferir o embasamento legal às ações desenvolvidas pela escola no que concerne a sua estrutura e funcionamento.
  - (D) ajudar a resolver problemas, transformar a prática, uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.
  - (E) permitir uma comunicação mais efetiva com os alunos, propiciando sua participação mais eficiente nas aulas.
38. O processo de aprendizagem do aluno não segue percursos programados *a priori* pelo professor. O tempo da avaliação é decorrente de suas demandas e estratégias de aprendizagem e não do curso das atividades inicialmente previstas pelos professores. *Quem acompanha a quem?* Essa questão determina substancialmente a finalidade do processo avaliativo. Para Hoffmann (2001), a avaliação mediadora é
- (A) constituída de provas, pesquisas, entrevistas e apresentações orais.
  - (B) atribuída a provas e exercícios iguais para todos os alunos no cotidiano da sala de aula.
  - (C) atribuída de conceitos a entrevistas feitas pelos alunos ao longo do semestre.
  - (D) uma ação sistemática, intuitiva e planejada que se constitui no cotidiano da sala de aula.
  - (E) precisa e acarreta a classificação das manifestações de aprendizagem do aluno em certas e erradas.
39. As escolas públicas não são organismos isolados, mas integram um sistema escolar e dependem das políticas e da gestão públicas. Portanto, o controle local e comunitário não pode prescindir das responsabilidades e da atuação dos órgãos centrais e intermediários do sistema escolar. Por essa razão, segundo Libâneo (2010), a autonomia da escola
- (A) implica em o diretor ter a liberdade para organizar e conduzir a escola, segundo as conveniências da comunidade escolar.
  - (B) precisa ser gerida, implicando corresponsabilidade consciente, partilhada e solidária de todos os membros da equipe escolar.
  - (C) significa ela ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, independentemente do poder central.
  - (D) corresponde a ela traçar seu próprio caminho, administrando livremente seus recursos financeiros e humanos.
  - (E) implica na defesa do interesse público ditado pela classe política por meio da legislação e das diretrizes.
40. Quando Mizukami (1986) afirma que o professor tem a responsabilidade de planejar e desenvolver o sistema de ensino-aprendizagem, de forma tal que o desempenho do aluno seja maximizado, considerando-se igualmente fatores, tais como economia de tempo, esforço e custos. Que os passos de ensino, assim como os objetivos intermediários e finais, são decididos com base em critérios que fixam os conteúdos de entrada e aqueles os quais o aluno deverá exibir ao longo do processo de ensino. A autora está se referindo à abordagem
- (A) tradicional.
  - (B) cognitivista.
  - (C) comportamentalista.
  - (D) humanista.
  - (E) sociocultural.

41. Segundo Vasconcellos (2002), a metodologia do trabalho em sala de aula é uma síntese, uma concretização, um reflexo de toda uma concepção de educação e de um conjunto de objetivos. Nesse sentido, o papel do professor não se restringe à informação que oferece, mas exige sua inserção num projeto social, a partir do qual desenvolva a capacidade de desafiar, de provocar, de contagiar, de despertar o desejo, o interesse, a vida no educando. Para o autor, o professor
- (A) deve ser um facilitador e problematizador das situações e o seu domínio do conteúdo é secundário.
  - (B) precisa usar o livro didático para poder fazer a mediação do conhecimento científico que precisa passar ao aluno.
  - (C) deve manter a motivação de seus alunos, polarizando sua participação em sala de aula.
  - (D) precisa pontuar o que é importante ser aprendido, uma vez que cabe a ele a condução do processo de construção do conhecimento de seu aluno.
  - (E) de forma intencional dispõe de certas condições da realidade para que o aluno construa seu conhecimento.
42. Para formar uma nova geração à luz de um projeto educacional inclusivo, é indispensável o exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. Para Mantoan (2006), a inclusão prevê
- (A) inserir na escola de forma radical, completa e sistemática todos os alunos.
  - (B) inserir um aluno ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído.
  - (C) atingir alunos com deficiência e aqueles que apresentam dificuldades de aprender.
  - (D) trabalhar com grupos de alunos com material especializado.
  - (E) selecionar previamente os alunos com deficiência e dificuldades escolares.
43. Uma das habilidades de quem exerce a liderança na escola é saber como ajudar a equipe a cooperar na implementação de ações que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Segundo Ednir (2006), o gestor escolar, para desenvolver um plano de ação e implementá-lo, precisa primeiro exercer a liderança educacional de sua equipe e, para tal, apresentar uma série de estratégias, dentre elas:
- (A) para desenvolver a equipe em uma nova sistemática, escreva vários comunicados.
  - (B) para divulgar novas propostas, escreva um comunicado sendo o mais detalhista possível.
  - (C) para chamar a atenção de alguém, faça por escrito, uma vez que toda reprimenda deve ser feita por escrito.
  - (D) quando alguém vier com uma boa ideia, peça que escreva em seus detalhes.
  - (E) diante de um problema, fale com as pessoas envolvidas.
44. Na maioria das vezes, quando se refere a currículo, por existir concepções diferentes, é necessário definir o significado que se atribui a ele. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil define o currículo da *Educação Infantil* como um conjunto de
- (A) legislação que traduz os princípios, fundamentos e procedimentos para a organização do sistema educacional brasileiro do ponto de vista administrativo, pedagógico e curricular.
  - (B) orientações que contêm reflexões de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas, constituindo em documentos de subsídios adicionais às escolas e aos professores.
  - (C) textos, organizado por área, para auxiliar os professores no desenvolvimento dos conteúdos, na busca da melhoria da qualidade da educação, configurando-se como um conjunto de orientações.
  - (D) práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental e tecnológico.
  - (E) documentos que estabelece a forma como a escola deve se organizar e funcionar do ponto de vista administrativo e normativo, regulamentando as relações entre os seus participantes.

45. Para Paro (2007), é preciso que a educação se preocupe em dotar os cidadãos de capacidades culturais exigidas para que sejam titulares de direito e criadores de novos direitos, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de modo planejado, da formação desses cidadãos. Ainda segundo o educador, no contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza
- (A) no ensinamento de conteúdos científicos necessários ao indivíduo para viver em sociedade.
  - (B) na preparação de cidadãos para sua incorporação ao mercado de trabalho como indivíduos produtivos.
  - (C) na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social.
  - (D) em garantir a reprodução social e cultural como fundamental para a sobrevivência do cidadão na sociedade.
  - (E) em preparar o cidadão para lutar e se defender das injustiças sociais.
46. Para Becker (2012), a sociedade do futuro deve considerar cuidadosamente as capacidades, os interesses e as qualidades individuais e, ao mesmo tempo, investir os recursos à disposição para administrar essas capacidades, esses interesses e essas qualidades de todos os indivíduos. Para o autor, a aprendizagem humana
- (A) converte-se em desenvolvimento mental e coloca em funcionamento uma série de processos evolutivos.
  - (B) depende em tudo do processo de desenvolvimento.
  - (C) está relacionada ao ensino, que é a fonte da aprendizagem.
  - (D) avança independentemente do desenvolvimento das estruturas capazes de assimilação.
  - (E) está relacionada a memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor.
47. Segundo Weisz (2009), em uma perspectiva construtivista, o conhecimento só avança quando o aprendiz tem bons problemas sobre os quais pensar. É isso que justifica uma proposta de ensino baseada na ideia de que se aprende resolvendo problemas. Construir situações que se orientem por esses pressupostos, para a autora, exige do professor competência para elaborar aos alunos
- (A) atividades que representem possibilidades difíceis, mas coloquem dificuldades possíveis.
  - (B) propostas que parecem insolúveis ao aprendiz no momento para que possam instigá-lo.
  - (C) problemas fáceis que não apresentam desafios a eles, adquirindo confiança em sua capacidade.
  - (D) problemas de fácil solução que envolvam os saberes construídos fora das situações escolares.
  - (E) atividades que eles possam resolver por meio de jogos e brincadeiras simples com estratégias mais demoradas.
48. Para Libâneo (2010), no contexto da sociedade contemporânea, a educação pública tem tríplice responsabilidade: ser agente de mudança, capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia; trabalhar a tradição e os valores nacionais ante a pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas; preparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e transformá-lo positivamente. Essas responsabilidades indicam que os eixos norteadores das ações significam a supervalorização
- (A) da competitividade, do individualismo, da liberdade concedida ao cidadão e da economia.
  - (B) da revolução tecnológica, da globalização, da formação do professor e do aparelhamento da escola.
  - (C) do desenvolvimento econômico, da força de trabalho, da educação e do atendimento à saúde.
  - (D) da solidariedade social, da igualdade, da democracia e da qualidade social.
  - (E) da gestão escolar, do corpo docente, do envolvimento da comunidade na escola e da legislação educacional.
49. A gestão da educação tem como principal objetivo coordenar a construção do Plano Municipal de Educação e do Projeto Político-Pedagógico da escola, superando o modelo burocrático em que se situa. Assim, para Ferreira (2004), a gestão deve enfatizar a liderança na direção da gestão da educação e da proposta educacional, dando ênfase
- (A) ao gerenciamento de rotinas e recursos.
  - (B) aos processos democráticos e participativos.
  - (C) à previsão orçamentária.
  - (D) à formação continuada dos profissionais da educação.
  - (E) aos aspectos políticos e técnicos.
50. Para Moran (2000), percebe-se que a sociedade está mudando nas suas formas de organizar-se, de produzir bens, de comercializá-los, de divertir-se, de ensinar e de aprender. As mudanças na educação dependem também de se ter administradores, diretores e coordenadores mais abertos, que entendam todas as dimensões que estão envolvidas no processo pedagógico. Atualmente, cada vez mais se processa também a informação de forma multimídia ou hipertextual e menos a lógica sequencial. Assim, afirma o autor, aprende-se melhor quando
- (A) utilizamos as tecnologias avançadas para vivenciar processos na nossa aprendizagem.
  - (B) automatizamos alguns mecanismos que ajudam no processo de aprendizagem.
  - (C) utilizamos de material específico e livros com diferentes experiências.
  - (D) sistematizamos os exercícios, treinando muito bem os diferentes modelos de problema.
  - (E) equilibramos e integramos o sensorial, o racional, o emocional, o ético, o pessoal e o social.

51. A Lei Federal nº 9.394/96, ao tratar do direito à educação e do dever de educar, em seu art. 4º, afirma que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante a garantia de
- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.
  - (B) educação infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
  - (C) oferta de ensino noturno regular aos educandos com idade superior a 15 (quinze) anos.
  - (D) vaga em escola de educação básica, mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 6 (seis) anos de idade.
  - (E) educação básica obrigatória dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos de idade.
52. O Plano Nacional de Educação – PNE foi instituído com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Assim, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 214, caracteriza o PNE, que tem como um dos seus objetivos
- (A) definir os recursos financeiros para a aplicação na área de educação.
  - (B) punir os gestores públicos que não atingirem as metas definidas para a educação.
  - (C) articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração.
  - (D) definir as competências dos entes da federação em relação à educação básica.
  - (E) fornecer indicadores para a educação infantil no Brasil.
53. Em uma reunião de professores de uma escola de educação básica, uma professora se manifesta externando sua indignação com a mãe de um aluno seu, pois foi indagada por ela a respeito do modo como trabalha em sala de aula, quando lhe perguntou: *quais são as etapas de aprendizagem e ensino envolvidas no processo pedagógico que desenvolve?* O Diretor da escola, que conduzia a reunião, com base no art. 53 da Lei Federal nº 8.069/90, responde à professora que
- (A) é comum os pais tentarem interferir na dinâmica da sala de aula.
  - (B) deve orientar a mãe a procurar pela Secretaria Municipal de Educação para obter as informações desejadas.
  - (C) deve informar a mãe de que o processo pedagógico desenvolvido pela escola diz respeito unicamente a essa.
  - (D) é inadmissível que os pais ou responsáveis interfiram nos processos da escola.
  - (E) é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico.
54. A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ministério da Educação publica as Diretrizes Curriculares Nacionais, constituindo-se em definições doutrinárias para o sistema educacional brasileiro. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica têm como objetivo, dentre outros,
- (A) sistematizar os princípios e as diretrizes gerais da Educação Básica.
  - (B) definir os conteúdos das disciplinas que fazem parte da Educação Básica.
  - (C) determinar como a escola deve conduzir seu processo de avaliação da aprendizagem.
  - (D) organizar a participação da comunidade escolar na gestão da escola.
  - (E) sistematizar os programas de formação continuada dos professores.
55. Sandra é uma professora muito preocupada com o desenvolvimento de seus alunos de Educação Infantil, faz registros frequentes de cada um deles. Assim é que, ao final do ano, decidiu por reter um aluno que não apresentou um desenvolvimento satisfatório comparado com seus colegas de classe. À luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a professora
- (A) tomou uma decisão certa, uma vez que o aluno não apresentou um desenvolvimento satisfatório.
  - (B) deveria encaminhar o aluno para um atendimento psicológico ao invés de retê-lo.
  - (C) agiu de forma incorreta, pois, na Educação Infantil, não se deve ter retenção.
  - (D) deveria sugerir à família que mude a criança para uma outra escola, na qual ela possa acompanhar seus colegas.
  - (E) deveria proporcionar mais brincadeiras para que a criança pudesse se desenvolver mais rapidamente.
56. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nasceu da clara necessidade de oferecer uma melhor chance para pessoas que, por qualquer motivo, não concluíram o ensino fundamental e/ou o médio na idade apropriada. Segundo o art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, acerca da EJA, é correto afirmar que
- (A) constitui uma etapa da educação básica.
  - (B) corresponde a um nível de ensino do sistema educacional brasileiro.
  - (C) é considerada 17 anos completos como idade mínima para conclusão do ensino fundamental.
  - (D) cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos.
  - (E) é privativa da respectiva instituição de ensino a competência para a realização de exames supletivos fora do território nacional.

57. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial estabelecem que, como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos. Definem também, em seu art. 15 que, respeitadas as normas dos respectivos sistemas de ensino, a organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade
- (A) da Secretaria Municipal de Educação.
  - (B) dos estabelecimentos de ensino.
  - (C) dos professores da escola.
  - (D) da Secretaria Estadual de Educação.
  - (E) do Ministério da Educação.
58. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos afirmam ser o direito à educação, um direito inalienável do ser humano. Isso porque, a educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais. Nesse sentido, estabelecem que a educação de qualidade, como direito fundamental, é antes de tudo equitativa, e visa
- (A) tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis.
  - (B) atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.
  - (C) desenvolver o educando de modo a lhe assegurar uma formação indispensável para o exercício da cidadania.
  - (D) promover aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.
  - (E) garantir que todos os educandos tenham o mesmo tratamento, isto é, mesmo as pessoas sendo diferentes, deve-se usar as mesmas soluções e esforços.
59. A Lei Complementar nº 11, de 17 de dezembro de 1991, atualizada até a Lei Complementar nº 668, de 29 de junho de 2012, estabelece o Código de Administração do Município de Marília. Define as forma de provimento de cargo público no Município, estabelecendo, em seu art. 35, que a dedicação parcial
- (A) depende de prévia habilitação em concurso público e entrevista, quando prevista, obedecida a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.
  - (B) somente poderá ser efetivada quando o servidor contar com 2 (dois) anos de efetivo serviço público municipal e desde que seja conveniente à administração.
  - (C) constitui regime de trabalho excepcional para o servidor que, em virtude da diminuição da sua habilitação psíquica ou orgânica, não possa executar integralmente as tarefas atribuídas ao cargo.
  - (D) é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, foram declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
  - (E) é a reinvestidura do servidor no cargo, anteriormente ocupado, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
60. A Lei nº 3.200, de 30 de dezembro de 1986, que estabelece o Estatuto do Magistério Público Municipal de Marília define que no quadro do Magistério Público Municipal, dentre outros profissionais, no corpo dirigente, existe o Diretor de EMEI e o Auxiliar de Direção de EMEI. Segundo o art. 13, nas escolas municipais de educação infantil, o Auxiliar de Direção de EMEI
- (A) substituirá o Diretor de EMEI nos afastamentos iguais ou superiores a 3 (três) dias.
  - (B) deverá ser Professor de EMEI da Rede Municipal de Marília há, no mínimo, 1 (um) ano.
  - (C) terá jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais.
  - (D) deverá ser eleito pelos seus pares após apresentação de proposta de trabalho.
  - (E) poderá ser designado pelo Secretário Municipal da Educação.

